

DA MARGINALIDADE À DELINQUENCIA: UMA PROPOSTA DA INCLUSÃO SOCIAL

Thomé Eliziário Tavares Filho, PhD.

RESUMO

Neste estudo nos propomos em focalizar o fenômeno da marginalização social em seus aspectos como situação social, como cultura de pobreza, como falta de participação e de integração social, e como política econômica. Nessa perspectiva, relacionamos os estudos da marginalização com o desvio social, contextualizando a cidade de Manaus, nos aportando nos modelos sociológicos das teorias da transmissão cultural; da cultura de pobreza e da anomia social. O nosso intuito, através desse artigo, é de proporcionar aos leitores uma reflexão sobre os problemas sócio-demográficos das populações marginais que habitam na periferia urbana da cidade, na medida em que os mesmos estão relacionados com o dissocial, resultando no fenômeno da violência urbana, envolvendo menores infratores, considerados como delinqüentes juvenis.

Palavras Chaves: Marginalidade. Delinqüência. Desvio Social.

ABSTRACT

In this study we propose to focalize the social marginalization phenomenon in its aspects like social situation, like poverty culture, like absence of social participation and integration and like polices. In this perspective, we relate the marginalization studies with the social deviation the Manaus City, following the sociologic models of the cultural transmission theory; the poverty culture and the social anomy. Our intuite in this article is to afford for the reader a reflection about the social demographic of the marginal population that live at the urban periphery of the city relationing themselves with the dissocial, resulting in the urban violence phenomenon, including this minor infringer called young delinquency.

Key Words: Marginality. Delinquency. Social Detour.

(*) O Autor tem Formação de Graduação em Filosofia, Psicanálise e Teologia. É Pós-Graduado Lato Sensu com Especializações em Filosofia Clínica e Psicopedagogia Clínica. É Pós-Graduado Strictu Sensu com Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Psicologia Social.

Introdução

Em seu estudo sobre as populações marginais, Robert Park (1978) faz referência sobre a marginalização social, se referindo à pessoa que pertence a duas culturas, ou aquele que se encontra à margem do contexto social sem participar das oportunidades e privilégios, ou ainda, o conceito se aplica àquele sujeito que infringe a normas de conduta e aos princípios convencionalmente determinados pela sociedade, ou ainda o desajustamento psicológico que caracteriza a alienação. Em sua obra: *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Lúcio Kvarick (1975), afirma que, na esfera social, o conceito de marginalidade tem sido interpretado por duas vertentes teóricas: a do modelo funcionalista, que caracteriza-se pela falta de integração, e na dualidade entre as classes sociais, a exemplo da sociedade tradicional que se opõe à sociedade moderna; e a sociedade moderna e a marginal, que se opõem à sociedade integrada. Na esfera social, o conceito de marginalidade também se refere ao modelo de análise histórico - estrutural, que entende a marginalidade como resultado da própria estrutura vigente na sociedade, e é concebida como um fenômeno que se deriva de um tipo particular de inserção na estrutura social.

Hoje analisando a questão da violência, podemos perceber que a sociedade é extremamente violenta por vários motivos elencados a seguir: Desigualdade social; Desemprego; Baixo índice de escolaridade; Religião; Discriminação social; Desestrutura familiar entre outros.

Essa violência apresenta-se sob diferentes formas de manifestações como: violência urbana, policial, familiar e escolar. Ao pesquisar e analisar a questão da violência percebeu-se que não existe vontade dos governantes para enfrentar esse problema gravíssimo que afeta as classes sociais, por ter raízes profundas que envolvem a economia, perpassa pela mazela social de uma parcela significativa da população e restringe a cultura de massa.

Em relação a educação, presenciamos a violência e a violação dos direitos humanos praticados pelas esferas Municipal, Estadual e Federal que não conseguem garantir a vaga na escola pública para todos, bem como não obtém a permanência do aluno em uma escola de qualidade. Isso desencadeia novas modalidades de exclusão social causada pela seletividade que a própria escola estabelece, esta exclusão funciona de tal modo que leva uma parcela significativa de nossos jovens para o caminho do crime. Por sua vez, a família não estar tratando a educação doméstica como deveria, a violência é vista como algo normal – alcoolismo, prostituição entre outros geram humilhações e agressões em todos os setores da sociedade, afetando sempre os menos favorecidos.

A educação no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente, acompanhando a intensificação da urbanização e as mudanças na organização da estrutura das famílias. Novos rumos na área da educação indicam com clareza uma mudança de foco e em consequência de meios na intervenção pedagógica para

atender ao crescimento célere da demanda escolar e proporcionar melhorias na qualidade da educação.

Então, pergunta-se o que ou quem é o responsável por essa situação?

Os professores? Os métodos de ensino? As implicações políticas, sócio-culturais econômicas? Ou o próprio Estado ou Município? Um emaranhado de questões surge nesse momento, porém é difícil encontrar respostas para tais questionamentos. Temos uma escola que não analisa a realidade para nela se inserir, assim sendo, não engaja o aluno na vida presente, o que este vive na escola não tem nada a ver com o seu meio.

O ofício de ensinar não é para aventureiros, é para profissionais, homens e mulheres que, além dos conhecimentos na área dos conteúdos específicos e da educação, assumem a construção da liberdade e da cidadania da outra como condição mesma de realização de sua própria liberdade e cidadania (COELHO, 1992, p. 47).

Sabemos ainda que o ensino ministrado na escola pública, é do tipo tradicional, onde o saber é imposto aos alunos que, na sua maioria, não tem necessariamente a mesma idade, nem a mesma maturidade psicológica, quanto menos as mesmas possibilidades de aprendizagem.

Acredito, entretanto, que na educação, como em qualquer outro campo do conhecimento, existe uma série de variáveis suscetíveis de intervir no processo ensino-aprendizagem, diminuindo sensivelmente, também, a violência escolar. Embora se saiba que o método por si só não é o causador dos males na aprendizagem. Entendo, porém que este influência bastante na melhoria das condições da mesma; o que geralmente acontece nas escolas é que os professores, pela falta de preparo didático-pedagógico ou por não terem apoio das autoridades competentes, ou por se sentirem desvalorizados, acomodam-se – muitos não aceitam a idéia da eficácia de métodos e técnicas que possam envolver os alunos na aprendizagem. Muitos não abrem mão do método tradicional, ainda estão arraigados a um modelo de ensino igual para todos, com o objetivo de dar aos alunos igualdade de tratamento, sem considerar a individualidade de cada um.

A Pedagogia de Freinet vem em contraposição a esse tipo de ensino. Para Freinet “ a criança não gosta de se sujeitar a um trabalho de rebanho, ela prefere o trabalho individual ou de equipe numa comunidade cooperativa “ Freinet, 1996, p. 196. Cada criança tem um ritmo próprio, além disso, é necessário respeitar as características de cada uma e dar-lhes condições de desenvolver sua aprendizagem livremente, sem adestramento, sem normalização e sem penalidade. Como Freinet ressalta, “(...) As crianças nunca têm as mesmas necessidades e aptidões, sendo profundamente irracional pretender que todos avancem no mesmo ritmo. Umas enervam-se porque têm de marcar passo, enquanto desejariam e poderiam andar

mais depressa, outras desanimam porque são incapazes de continuar sem auxílio (...)" Freinet apud Paiva, 1996, p. 16.

Aqui cabe questionar: Será que o ensino tradicional que as nossas escolas dispensam, pode permitir ao professor orientar o aluno para esta sociedade em constante mudança? A escola atual parece ignorar seu objetivo fundamental que é desenvolver o máximo a personalidade e a potencialidade da criança. De fato, a escola deve escolher uma pedagogia que proporcione ao aluno meio de acesso a cultura, que desenvolva o seu espírito crítico e que valorize a sua criatividade e o faça desenvolver habilidades de forma que o ajude a se adaptar as diferentes situações apresentadas na vida cotidiana.

É evidente que se está a frente de um desafio, pois há a necessidade de se recorrer a métodos de ensino que considerem a cultura do aluno, suas experiências de vida e seu comportamento psicológico e social. É do conhecimento de todos que a educação oferecida pela esfera pública melhorou sensivelmente, mas ainda precisar neutralizar situações urgentes e problemas crônicos antigos.

Analisar porque acontece na escola a violência entre os alunos, qual sua origem e a sua relação com o processo ensino-aprendizagem é um grande desafio. A escola enquanto espaço de violência e indisciplina, é percorrida por um movimento ambíguo; de um lado pelas ações que visam ao cumprimento das leis e das normas determinadas pelos órgãos centrais e, de outro lado, pela dinâmica dos seus grupos internos que estabelecem interações, rupturas e permitem a troca de idéias, palavras e sentimentos numa fusão provisória e conflitual.

A Instituição Escolar não pode ser vista apenas como reprodutora de opressão, de violência, de conflitos advindos de plano macroestrutural. É importante argumentar que apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas produzem sua própria violência e indisciplina. A escola com qualquer outra instituição está planificada para que as pessoas sejam todas iguais. A homogeneização é exercida por meio de mecanismos disciplinares, ou seja, as atividades que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e as atitudes dos alunos, os professores, dos diretores impondo a essas pessoas uma atitude de submissão e docilidade. Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência – compreender essa situação implica em aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extensa tensão entre forças antagônicas.

O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranquilidade da permanência neste local. Ao mesmo tempo em que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois se de um lado ele tem a função de estabelecer os limites da realidade, das obrigações e das normas; por outro ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele,

tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sua própria vida. A violência escolar e familiar vem sendo analisada com cautela, preocupando em demasia sociólogos, psicólogos e pedagogos. Parece não mais indignar as pessoas, é como se estas violências fossem aceitas por todos a tal ponto de a população conviver com esta realidade sem maiores traumas, ou seja, a própria vida parece não ter significado, chegando ao ponto de ser banalizada. Agredir moralmente, fisicamente, matar ou morrer não faz à menor diferença e, com base nesses problemas a escola pode contribuir para mudar essa situação, trabalhando o ser humano como indivíduo importante na e para a sociedade.

Conhecida como *celular mater* da sociedade – a família é revestida de deveres e o vínculo familiar ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento da criança e do adolescente, pois é na família que todo o processo de formação do ser humano tem início, talvez por isso na maioria das vezes a família é responsabilizada pelos atos violentos que o aluno venha a cometer na escola.

A escola por sua vez é estrutura base em que a família deposita todas as suas expectativas e perspectivas, acreditando que a mesma tem a obrigação de ajustar o aluno. Dentro desta perspectiva a escola idealiza um cidadão psicologicamente normal, não estando preparada para receber qualquer indivíduo fora destes padrões de comportamento. Uma das dificuldades que a escola encontra é a falta de um profissional qualificado para lidar com determinadas situações; outra dificuldade é trabalhar o pedagógico e ainda enfrentar situações de risco. (...) num jogo de contradições que ocorre no interior das escolas, uma crença se avoluma: a de que, apesar de pertencer à mesma rede de ensino, cada escola constrói sua própria história e torna-se uma obra única. Essa obra apresenta-se em contínuo movimento de transformação, pois seus agentes estão lá, dando continuidade a sua construção (PENIN. 1994, p. 92).

Marginalização como situação social

No final deste século, o fenômeno da urbanização fez surgir as grandes metrópoles. E a industrialização com o avanço tecnológico das telecomunicações que encantou o mundo, também fascinou as camadas populacionais rurais, provocando o maior êxodo rural em todos os continentes. A exemplo disso, a cidade de Manaus, que nos idos dos anos 60 possuía pouco mais de 600 mil habitantes, nos anos 90 deu um salto para mais de 1 milhão e 200 mil habitantes, como resultado do fenômeno migratório em que a maior parte da população rural que habitava as regiões do interior do Estado do Amazonas, migraram para a Capital, atraídas e fascinadas pela fase de industrialização da Zona Franca de Manaus. A enorme demanda quantitativa de um povo interiorano que deixou o seu habitat natural em busca de emprego, de educação de qualidade e do sonho da casa própria, fez surgir

outros problemas urbanos, como as invasões de terras, fazendo surgir novos bairros, glebas, favelas e palafitas, zonas consideradas como bolsões de miséria, localizadas na periferia urbana da cidade, onde a infra - estrutura é precária.

Nesse contexto, inicialmente a marginalidade adquire um sentido de determinismo sócio-geográfico, visto que, à margem da zona urbana, essa população migratória é discriminada pela opinião pública, sendo denominada de periférica, e nessas regiões mais caóticas e socialmente decadentes se constata a precariedade do saneamento básico, onde nem sempre há rede de esgotos, luz elétrica, água tratada e encanada, e pavimentação viária. A população assim, geograficamente marginalizada, habita em zonas ecológicas onde as deficiências estruturais são manifestas com a falta de escolas, de hospitais, de transporte, além de outras necessidades básicas à população.

Segundo dados estatísticos da Prefeitura Municipal de Manaus, há na zona periférica da Capital amazonense, milhares de pessoas completamente ociosas e que vivem no ostracismo, sem trabalhar, sem estudar, sem produzir, sem profissão, e que vivem à margem da produção e do contexto integrativo da sociedade. Em terceiro lugar, a marginalidade define a caótica e carente condição social de sua população, caracterizada pôr uma mão de obra desqualificada, pela baixa condição cultural de escolaridade, e pelas condições de desorganização familiar, sem o controle de natalidade em que as famílias se configuram na formação da grande prole.

Marginalização como Cultura de Pobreza

Em seu trabalho intitulado: “Marginalidade Social e Relações de Classes”, Berlinck (1975), esclarece-nos que o termo: “Cultura de Pobreza “, foi introduzida por Oscar Lewis em sua obra sobre as “ Populações Marginais” , caracterizando-a nos seguintes aspectos:

- a) Ausência de participação e de integração efetiva dos pobres nas principais instituições da sociedade;
- b) Ao nível da sociedade, observa-se a existência de condições precárias de habitação, grande densidade, e acima de tudo um mínimo de organização além do nível da familiar nuclear e extensa;
- c) No âmbito da família, os principais traços da cultura de pobreza são: a ausência de infância como um estágio prolongado e protegido do ciclo vital, a iniciação sexual precoce, uniões livres ou casamentos consensuais, e ocorrência relativamente freqüente de abandono da esposa e filhos;
- d) No nível do indivíduo, os principais traços são, um forte sentimento de marginalidade, de desamparo, de dependência e de inferioridade.

Estereotipado, o conceito de Cultura de Pobreza, define um grupo social marginalizado, com baixo nível de organização, criando-se uma sub-cultura, que

segundo Wolfgang e Ferracuti (1967), Lerman (1967), Poland (1978), desenvolvem padrões de Valores abaixo do nível considerados como normais para o contexto social convencionalmente aceitáveis pela sociedade organizada.

Marginalização como Falta de Participação e de Integração social

Várias obras tem abordado os problemas sociais da América Latina, e entre elas se destaca o trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1980), sociólogo e Ex- Presidente da República Federativa do Brasil, no qual enfoca a marginalidade como falta de participação e de integração social do indivíduo no contexto político, social, econômico e cultural da sociedade. Segundo o autor, vários fatores influenciam esse tipo de marginalidade, e entre eles se destaca o fator econômico da distribuição de renda, que privilegia uma minoria elitizada que dominam as riquezas, em detrimento da exploração, miséria e pobreza de uma grande parte da população que permanece socialmente injustiçada e à margem das oportunidades sociais.

Um outro fator dessa marginalidade é a prática do modelo político excludente, que prioriza o Capital Financeiro em detrimento à exploração e ao empobrecimento da grande massa populacional marginalizada.

Pesquisas do ano 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos revelam que 33% dos brasileiros vivem em situação de extrema pobreza. Ou seja, são milhões de brasileiros que não tem condições de suprir suas necessidades básicas, pois não conseguem alimentos, roupas, produtos de higiene, moradia decente, acompanhamento médico etc. Segundo os dados dessa Pesquisa, o empobrecimento da população brasileira começou na década dos anos 80, um tempo passado que não registrou nenhum avanço ou crescimento na nação brasileira.

Os dados estatísticos do IBGE de 2000, publicado por Queiroz (2001), nos revelam o grande drama dos menores marginalizados, mostrando-nos que 2 milhões e meio de crianças vivem em favelas, 1,5 milhão dessas crianças tem idade entre 0 a 6 anos de idade. Um milhão dessas crianças estão na faixa de 7 a 11 anos. Segundo o IBGE, 64,8% das crianças de 0 a 6 anos são filhos de pais que ganham até dois salários mínimos, e 40,3% dos 64,8% da faixa etária de 0 a 6 anos tem pais ganhando apenas um salário mínimo. Esse número nos dá uma idéia do grande flagelo nacional, nos revelando que grande parcela de nossa infância, que representa o futuro, sendo castigada pela miséria, pela pobreza, que limitam os valores, e as expectativas de vida futura, daqueles que consideramos o bem maior de uma nação que são as crianças, o futuro de uma nação.

Segundo depoimento de Álvaro Acioli (2000), um dos coordenadores da pesquisa e professor titular de Neuropsiquiatria da Universidade Federal Fluminense, que participou dessa pesquisa, esses números são preocupantes quando se pensa no futuro do Brasil. Esta pesquisa constata a exclusão social que estamos

produzindo, principalmente porque, sabe-se que o período de 0 a 5 anos é o estágio mais fundamental para o desenvolvimento posterior da pessoa. A concentração da riqueza no Brasil tem trazido e trará conseqüências danosas para o futuro do País, principalmente agora que o cenário internacional demonstra um quadro de agravamento da pobreza. Ele adverte que, sem uma alimentação e uma moradia adequada, caso essas crianças cheguem à Escola, certamente terão dificuldades de aprendizado, além de terem dificuldades para a construção de suas individualidades, devido a falta de carência afetiva a que geralmente estão submetidas.

Em decorrência desse quadro de marginalidade social, um estudo inédito realizado pela UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, e realizada à partir de dados do censo do IBGE em 2001, nos revelam as implicações dos problemas da marginalidade social sobre o processo de desenvolvimento cognitivo, com hipóteses de que essa indústria do analfabetismo, no próximo século, despejará no mercado de trabalho, uma legião de brasileiros incapazes sequer de escrever uma frase completa. A pesquisa mostra que há municípios brasileiros onde mais de 80% dos jovens entre 11 e 17 anos são analfabetos. O fenômeno do analfabetismo atinge frontalmente o Estado do Amazonas. Como exemplo, no município amazonense de Pauini, 85,1 % dos menores de 11 a 14 anos são analfabetos. No município amazonense de Novo Airão, o índice do analfabetismo atinge 81,23 % de menores na faixa de 15 a 17 anos, e no município de São Paulo de Olivença o percentual é de 74,80 % também na faixa de 15 a 17 anos.

Nesses municípios amazonenses, o quadro geral de analfabetismo afeta exclusivamente a classe social de baixa renda, onde o quadro de marginalidade é desolador. No futuro, esses jovens que não aprenderam a ler, serão adultos limitados em sua individuação, incapazes de resolver operações de cálculos mais rudimentares, e provavelmente continuarão vivendo como nos dias de hoje, impossibilitados de concorrer no mercado de trabalho, e condenados à cultura de pobreza, que é o ambiente propício ao desenvolvimento da conduta anti-social.

Em sua obra, “ Trapaceados e Trapaceiros”, Sônia Cheniaux (1983), levanta a questão da trapaça à partir do menor de rua enquanto fenômeno urbano. Segunda a autora, em decorrência da estratégia de sobrevivência da camada populacional oriunda de segmentos populares, este fenômeno é visto de maneira distorcida da realidade. É comum no Brasil se culpar os menores delinqüentes como agentes de violência urbana nos grandes Centros, mas a pior violência é a exclusão social.

Segundo Cheniaux (1983), a sociedade excludente é injusta por produzir as desigualdades e a exploração capitalista. As milhões de crianças excluídas e abandonadas pelo sistema sócio-econômico são trapaceadas e não trapaceiras, e constituem o quadro real e acabado da incompetência dessa sociedade para gerir seus recursos e construir seu destino. Com essa conduta, a sociedade é perdulária, pois se permite abandonar, sem nenhuma proteção, o seu bem mais valioso, que são

os menores, que inibidos em seus padrões de valores, em perspectiva de tempo terão o futuro comprometido.

Marginalidade e política econômica

A marginalidade também é produto da estratificação econômica entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, entendendo-se assim a relação hierárquica entre os países ricos com os países pobres, entre os países do primeiro mundo e os países do terceiro mundo, numa relação de força, cuja base de diferença qualitativa é a produção tecnológica industrializada e o poder econômico que define essas relações, criando-se uma dependência, em que os países pobres e subdesenvolvidos com limites em suas frágeis economias dependem dos países ricos e desenvolvidos, comprometendo inclusive sua autonomia e soberania, em detrimento de sua dependência e de carência sócio-populacional. A grande maioria dos países subdesenvolvidos do terceiro mundo e mui especialmente os países da América Latina são países endividados com o FMI, com os Banqueiros Internacionais e o Capital Estrangeiro, quando a produção de suas riquezas são extraídas em primícias para serem entregues para pagamento de suas dívidas, cujos valores altíssimos se tornam praticamente infiançáveis, quando os juros rolam de ano para ano, colocando esses países endividados em condições de inadimplência financeira permanente, somando um tributo pesadíssimo para sua população que limitada por imposições do Capital estrangeiro, não podem tomar o rumo do seu crescimento econômico, em detrimento também de seu empobrecimento social, que marginaliza a sua população.

Em sua obra intitulada: “Notas sobre o conceito de marginalidade social”, Quijano (1978), foi quem pela primeira vez abordou esse problema à partir da visão do Estruturalismo Histórico, quando analisou a marginalidade à partir da integração da sociedade. Segundo esse autor, a integração da sociedade é um conceito analítico que se refere a forma em que os elementos que correspondem a cada um dos setores institucionais se integram na estrutura global. A integração na sociedade é outra noção analítica que diz respeito a forma em que os membros se integram através de uma inserção em cada um dos elementos de que se compõem os diversos setores.

Em sua obra: “Participação e Marginalidade : Notas para uma discussão teórica”, Fernando Henrique Cardoso (1980), considera que a marginalidade passa a se constituir como um modo de pertencer e de participar na estrutura global da sociedade, isto é, ela é parte integral desta sociedade. Assim, o pólo marginal é caracterizado pela carência de recursos produtivos e por atividades de baixa produtividade econômica, em contrapartida ao núcleo central hegemônico, que se caracteriza por níveis mais produtivos, nos quais se baseiam a existência do sistema econômico.

A Sociedade Internacional para o Desenvolvimento – SID, controlada pelo Banco Mundial e poderosos organismos oficiais, vem fortalecendo a política neo-liberal em todo o planeta, como eixo e doutrina da nova ordem mundial. Esse desenvolvimento que preconiza a oligarquia significa mais empobrecimento e precariedade para a maioria dos trabalhadores, e mais riqueza para uns poucos grupos transnacionais, monopólios intervencionistas e intermediários que controlam os recursos e os mercados. Hoje, 243 pessoas controlam mais de 50% da riqueza mundial, e das 200 maiores empresas que existem, 191 pertencem a 10 países.

O objetivo do Neo-Liberalismo não é a coesão social ou estado de bem-estar, senão a fratura social com as suas seqüelas como a marginalidade, as drogas, a delinqüência e o empobrecimento da classe média, e a miséria das populações marginais. Por detrás dessa política neo-liberal de empobrecimento em massa da população, nunca houve mais pobres no planeta. Descobrimos a presença de organismos mundiais alheios aos interesses da maioria que constituem um verdadeiro governo de fato, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Grupo dos Setes países mais ricos do planeta, o Tratado de Livre Comércio, o Mercosul, a OTEAN, a UEO, e outras instituições que servem de correias de transmissão, como a ONU, a União Européia, e o Governo Brasileiro, ligado ao Partido dos Trabalhadores.

Esses organismos e os interesses que as controlam dedicam-se a impor aos governos do mundo as medidas sócio-econômicas e estruturais que não ousam impor nos seus países respectivos, com o objetivo de eliminar travas para a livre acumulação do capital, usando falsos conceitos de “competitividade” para escravizar as pessoas de qualquer povo do mundo, e difundem outros eufemismos que disfarçam o rosto voraz da sua política, controlando e manipulando os meios de comunicação. A tônica dos neo-liberais é de incrementar uma campanha anti-trabalhista, em que todo o potencial econômico é para salvar o sistema financeiro ou a moeda e o capital, em detrimento da espoliação, da exploração e do aniquilamento da classe trabalhadora.

Segundo dados estatísticos da Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (2000), converte-se assim o lucro como uma idolatria dos benefícios e como o principal motor da economia, e em conseqüência, 800 milhões de pessoas morrem de fome, os 200 milhões de menores permanecem em trabalho escravo, os 1.100 milhões de desempregados e marginalizados se espalham em todo o planeta em que predomina a xenofobia, o racismo, a esterilização forçosa de milhares de mulheres, a venda de armas a estados genocídios, a quebra dos direitos humanos, e o fim do estado de direito que protege a cidadania. Hoje, mais uma vez, o Capitalismo continua fiel à sua máxima premissa, de maximização dos benefícios, de acumulação da riqueza, do lucro, do capital e da concentração de renda nas mãos de uma minoria elitizada. Essa é a filosofia da política econômica neo-liberal da União Econômica e Monetária. Essa é a face do Capitalismo Selvagem que condena à miséria e a marginalização a todos os povos do mundo.

Da Marginalidade ao Desvio Social

Os estudos que focalizam os fatores sociológicos da delinqüência, analisam tanto os aspectos microssociais quanto aos fatores macrossociais, mas levando-se em conta o envolvimento do homem com o seu ambiente. Ao se analisar a estrutura social, considera-se os valores familiares, os valores afetivos, os valores escolares, as práticas educativas, além dos valores situacionais que envolvem o sujeito delinqüente, como suas condições sócio-econômicas e financeiras, seus vínculos sub-culturais, e as oportunidades que se oferecem para delinqüir.

Em nível das explicações macro-sociais se leva em conta os aspectos estruturais da sociedade com seus determinantes sócio-culturais e sócio-econômicos, que podem impor ao indivíduo um regime excludente em que se promove a pobreza, a exploração, as injustiças sociais e a marginalização do homem. À luz desse contexto teórico, podemos assegurar que o delito é fruto da organização social, pois observa-se claramente que o maior índice estatístico da prática criminal se dá nos grandes centros urbanos e de um modo geral em regiões ecológicas onde se predomina a marginalidade social. À guisa de ilustração, e para melhor esclarecimentos sobre a influencia dos fatores sócio-demográficos que incidem de forma causal no desvio social, passamos a analisar de forma sucinta os postulados básicos das teorias da transmissão social, as teorias sub-culturais, e as teorias da anomia social.

Transmissão Cultural

Os pressupostos básicos desse modelo tem como precursores Shaw e McKay (1942), que definem a chamada “ Ecologia da Delinqüência”, como sendo aquelas zonas de maior desorganização social, onde ocorrem o maior número de delitos, pelas precárias condições físicas e sociais de sua população, que desenvolvem baixíssimos padrões de valores morais. Nesse enfoque, a delinqüência é adquirida por interação social, transmitida através de uma população marginal, onde o foco de Valores predispõe coletivamente às infrações sociais.

Nessa esfera sócio-demográfica, a Universidade de Chicago transformou-se nos anos 20 num dos maiores focos de estudos de análise e de intervenção dos problemas sociais, se utilizando da própria vida urbana da cidade de Chicago, considerando seus problemas sócio-demográficos das migrações rurais, da industrialização acelerada, dos conflitos étnicos, e da crise sócio-econômica que afetou a economia americana. Estudos de Park, Burgess e McKenzie (1925), Shaw e McKay (1942), Thomaz e Znamiecki (1927), foram significativos para as explicações macro-sociais que interferem na conduta delinqüencial. Assim, estudos nessa perspectiva concluem que fatores de transmissão cultural, reforçados pela industrialização

culminam com a marginalidade social, e que por si, definem certas ecologias humanas, que se constituem em ambiente predisposto ao desenvolvimento da cultura do crime. Tais estudos nessa linha de pesquisa da transmissão cultural ficam sendo conhecidos como pertencentes a Escola de Chicago.

A Teoria da Transmissão Cultural se refere ao posicionamento excludente da sociedade, que marginaliza o indivíduo e o estigmatiza. Nesse contexto, o sujeito que não cumpre com as normas estabelecidas pelo contexto social é considerado como condutualmente desviado. Nas concepções de I. Taylor, P. Walton, e J. Young (1973, e R.F. Meier (1989), se supõe que a desigual distribuição do poder sócio econômico, as injunções políticas e a imposição de interesses, dão origem a conduta desviada.

Assim entendemos que a política estrutural de concentração de riquezas, impõe certas injustiças de desigualdade social que marginaliza e exclui o homem, condenando-o à inadaptação social. Conceitos de transmissão cultural são definidos por Bahr (1979), no qual assegura que a conduta delinquencial se prende nos grupos primários pessoais e implica na formação de grupos de pares, que se dispõe as definições favoráveis ou desfavoráveis na violação da lei.

Segundo o autor, a organização social se processa através dos modelos, e no intercâmbio interativo do sujeito que se identifica com certos modelos sociais e que se justifica a transmissão cultural. Nesse caso, os modelos comprometidos com o desvio social é que transmitem culturalmente a prática delinquencial. Bandura (1963, 1977), enfatiza que os modelos sociais se configuram em fontes de transmissão cultural para a modelação da conduta social. É evidente a observância de que certas culturas da violência se desenvolvem na ecologia urbana, em que a transmissão cultural da delinqüência pode se dar através dos veículos de comunicação, pelo esporte, pela propaganda perniciososa, pela anti-cultura popular dos maus costumes, no ambiente permissivo e promiscuo da classe marginalizada, através dos costumes sociais alienados, por intermédio de grupos corporativos e organizados do crime, e de uma forma estrutural pelo próprio regime sócio-econômico e político, de um sistema social que infringe limites ao homem, cerceando seus direitos individuais à liberdade, além de lhe imprimir o preconceito e a marginalização social.

Sub-Cultura

Cohen (1955), Matza, Sykes (1961), foram os primeiros a desenvolver as chamadas Teorias Sub-Culturais, e nas quais afirmam que, há uma predisposição dos indivíduos que possuem as mesmas motivações de problemas similares, e que pertencem à mesma estrutura social, de se unirem e de se agruparem, formando a chamada sub-cultura, onde as crenças, e os sistemas de valores são revelados com características anti-sociais. Alguns aspectos devem ser observados nesse contexto sub-cultural:

- a) O que determina esse ambiente são as precárias condições de sobrevivência social, que lhes impõe um limite de recursos de nivelamento social com relação a outros grupos sociais mais privilegiados dentro da sociedade;
- b) Em decorrência desse empobrecimento de recursos, a conduta coletiva do grupo se manifesta de forma incongruente e exacerbada em forma de conduta desviada dos padrões de normalidade;
- c) As características sintomáticas mais reveladas no ambiente de sub-cultura são a desagregação da família, a desarmonia das relações interpessoais, o baixo índice de conduta moral, o baixo nível de escolaridade, e além dos valores individuais darem mais ênfase a um estilo de vida hedonista e de desapego social.
- d) No que tange a perspectiva de vida futura, os interesses motivacionais se voltam muito mais para o presente, no que se limita somente ao aqui e agora, com metas objetivas para se atender de imediato aquilo que é mais necessário, principalmente as necessidades pessoais de equilíbrio sócio-financeiro, e a visão do futuro é caracterizada pelo ceticismo e pela indiferença social.

Com referência à conduta, a sub-cultura delinqüente surge como uma forma de reação grupal a uma estrutura social não integradora, e nesse aspecto, esse ambiente se apresenta como uma solução integrativa para certos problemas comuns para o agrupamento de indivíduos socialmente marginalizados. Na concepção de S. Wheeler (1968), a sub-cultura delinqüente representa a adoção a um foco de valores e crenças comuns, cujas características básicas é o desvio social. Cloward e Ohlin (1960), acrescentam nessa teoria que, a sub-cultura delinqüente tem sua fonte na frustração experimentado pelos sujeitos de classe baixa, ante aos desejos de conseguirem certos valores da classe média-alta, principalmente quanto ao status econômico. Segundo Cloward e Ohlin (1960), existem 3 tipos diferentes de sub-cultura:

- a) A sub-cultura antagônica - que se predispõe a prática da violência e da agressividade para se obter status e posição social;
- b) A sub-cultura Criminal, que pretendem obter benefícios econômicos pôr meios ilícitos;
- c) A sub-cultura Marginal - cujos sujeitos buscam experiências esotéricas ou prazeres excitantes, como o hedonismo para justificar suas necessidades de auto-afirmação ou de sentido direcional de vida.

Nas concepções de Cloward e Ohlin (1960), se considera alguns elementos bem presentes no ambiente da sub-cultura marginal: a questão da violência e do crime delinqüente envolvidos na conduta, e o desvirtuamento em algumas variáveis da personalidade, como o desequilíbrio emocional, a carência afetiva e da auto-estima.

Anomia Social

Apresentada inicialmente pelos antigos conceitos de Durkheim (1897) e Merton (1938), os referidos estudiosos definem o termo “Anomia”, como a falta de normas que regulam as relações sociais. Os autores responsabilizam a estrutura sócio-cultural como agente que fornece o referencial das metas e aspirações individuais, ou como elementos responsáveis pela regulação de medidas e normas pessoais. Diante das situações anômicas de desestruturação social, o indivíduo passa a agir sob diferentes formas de anormalidades, e uma dessas formas desajustadas é a rebelião ou a delinquência social. Em seu ensaio sobre “ Social Estruture and Anomia”, Merton (1938), relaciona os problemas da conduta desviada vinculados com os problemas sociais. Segundo o autor, o desvio social aparece como uma resposta normal mediante a certas pressões provenientes da estrutura da sociedade. Sobre a origem e direção das pressões sociais que afetam a conduta, Merton distingue na sociedade uma estrutura cultural e uma estrutura social.

Segundo o autor, a estrutura cultural é responsável pelas metas e aspirações sociais, ordenadas segundo uma hierarquia de prioridades e que definem o sistema social organizado. Merton assegura que a estrutura social é quem se responsabiliza pelos meios ou normas institucionais que definem e regulamentam as formas corretas de se alcançar essas metas.

Segundo Merton (1938), a desintegração dessas duas estruturas que supõe a disparidade entre as metas de uma sociedade e os meios para alcançá-las é o fator básico para a desviação . A Teoria da Anomia Social, pressupõe uma incongruência entre a estrutura cultural e a estrutura social, o que caracteriza uma sociedade desestruturada e desorganizada, tendo como vítima principal o indivíduo, que inadaptado, desamparado e desassistido passa a desenvolver certos tipos de condutas anti-sociais, como mecanismo de defesa, mas materializado pela rebelião, pela violência e condutas contra as normas sociais, e desenvolvendo os valores próprios da cultura anômica.

Considerações Finais

Ao considerarmos os problemas sócio-demográficos das populações marginais, e ao constatararmos que a incidência do desvio social na maioria dos casos, acontecem na periferia urbana, não há como ignorarmos o contraste na cidade, geograficamente dividida entre uma população marginal e uma outra privilegiada e que desfruta de mais conforto e melhores e maiores oportunidade na sociedade.

Assim podemos concluir que, os problemas da delinquência e do desvio social, nem sempre se justificam por variáveis pessoais dos fatores constitucionais, que para muitos pesquisadores são os determinantes da conduta anti-social. Podemos assegurar que, o modelo político sócio-econômico adotado pelos governantes são os

grandes responsáveis pelo quadro alienante da pobreza, do abandono, da exclusão social e da exploração que promove a injustiça social.

Nessa perspectiva, é pertinente que proporcionemos essa reflexão, e como Universidade, devemos alimentar nossos estudantes com esse espírito crítico, de fazermos o enfrentamento no campo das idéias, afim de que, no tempo certo, haja as mudanças que se fazem necessário, para se reverter o quadro anômico da atual conjuntura comprometida com as elites sociais.

As questões referentes as relações entre a violência e a educação tem muitas implicações do ponto de vista da prática educativa e suas diferentes manifestações no espaço escolar, tem preocupado muito de forma especial os pais e os professores.

Para muitas pessoas o aumento da violência esta diretamente relacionado a crianças que vivem abandonadas, ou seja, as classes populares. Contudo considerar pobreza e miséria como as únicas causa da violência é no mínimo uma análise reducionista e simplista da questão.

Uma aproximação a esta temática exige que se tenha como ponto de partida a convicção de que a violência na escola não pode ser analisada como um fenômeno isolado, ela é sim parte de um processo mais amplo, que vai além dos muros da escola, pois implica uma série de fatores que dizem respeito ao contexto social como um todo.

As causas da violência na escola, como na sociedade em geral, são múltiplas e complexas, mas a origem pode estar nas intoleráveis condições econômicas e sociais criadas pelo tipo de modelo de desenvolvimento que foi implantado ao longo dos anos no Brasil. Os mecanismos de combate a violência estão relacionados a diferentes esferas da vida social, sem dúvida, uma das vias com forte potencial para contribuir as buscas para afrontar está problemática é a educação, um processo de formação e construção, transformando a sociedade para que seja mais justa, igualitária e democrática.

Conforme analisamos a família e a escola devem desempenhar seus papéis diante da sociedade. A família que ocupa um lugar de destaque na sociedade, deve primordialmente assumir o papel de formadora de seus filhos, e não apenas depositar na escola a responsabilidade de formação de caráter , pois estes fatores dependentes da interdisciplinaridade entre a escola e a família, enquanto a escola deve trabalhar a temática “violência”, colocá-la em evidencia e problematizá-la a fim de suprir a mesma, devendo respeitar opiniões divergentes, não podendo ignorar o aluno e nem deixá-lo a margem do processo.

Destacamos o pouco caso que os governantes e a sociedade dão a esta problemática, que corroem nossas crianças e nossos jovens. Os governantes e a sociedade devem estar dispostos a investir em uma educação realmente de qualidade, preocupados não em fazer demagogia política, mas preocupados de fato com a

formação social e a dignidade dos nossos alunos, preparando-os para as vidas morais, intelectuais e profissionais.

Onde estão as reais causas da violência na escola, da violência familiar e da violência social como um todo? Há quem atribua os mais diversos fatores como causa da violência: ignorância, pobreza, carência cultural, desigualdade social, regime capitalista, entre outros citados no resumo; entretanto, em minha opinião tudo isso são fatores emergentes da violência, são determinados pela violência, se constituem em efeito e não causa da mesma.

A verdadeira causa da violência é tecida a segunda natureza do ser humano, reside no subconsciente de seu universo psíquico denominado por Freud de Ego. Ninguém pode saber das reais causa da violência sem conhecer e compreender os mecanismos do Ego.

A escola como organização social, localizada no tempo e no espaço, deve desempenhar junto à comunidade a função social de transformação e auto superação, através de um ensino efetivo, oferecendo instrumentos que permita ao aluno conquistar melhores condições de participação cultural, política e social. Em tal posição a escola deve ser alicerçada no direito de todos os cidadãos desfrutarem uma formação básica comum a ter respeitado seus valores culturais e regionais, independentemente de sua condição de origem ou classe social.

Essa perspectiva ou pressuposto teórico-metodológico nortearam meu trabalho docente que observei em sala de aula durante o período que pesquisei a violência praticada de todas as formas e em todos os sentidos, onde a minha ação como observadora fundamentaram-se no construtivismo sócio-histórico, no movimento dialético e na visão progressista da educação.

O processo ensino-aprendizagem deve proporcionar auto-reflexão, pois aprender a escola como objeto de estudo, percebendo suas condições, seus conflitos, organização e compromisso não é tarefa fácil. Portanto, as atividades desenvolvidas na sala de aula devem se concretizar no cotidiano da escola, posto que uma situação é estar no papel, na proposta e até no currículo e a outra situação é estar ocorrendo na dinâmica interna, no real, no concreto da realidade escolar.

A relação humana com a prática social se estabelece por uma orientação teórica. Esta atitude permite que o professor investigue, pesquise, se fundamente na busca de respostas para o que está lhe intrigando. Diante da necessidade de encontrar justificativa para o seu problema, ele teoriza, inventa, constrói, modifica até que encontre satisfação das necessidades básicas que lhe aflige, desenvolvendo dessa maneira consciente ou inconsciente um conhecimento teórico e prático.

Assim é o educador compromissado diante de desafios, ele desenvolve ações pedagógicas que à medida que são aplicadas, são avaliadas e os resultados servem

como termômetro para encontramos erros e acertos, possibilidades reais de melhorar seu trabalho ao ministrar suas aulas e, dessa experiência constrói uma prática que será aperfeiçoada nessas correções, qualificando suas ações.

Muitas dessas ações vividas em sala de aula são verdadeiras trocas de saberes; desta forma, quem tem a ganhar é o aluno, que constrói seu aprendizado numa constante reinvenção juntamente com seu professor, como diz Guimarães Rosa: "Mestre não é o que sempre ensina, mas quem de repente aprende". O diálogo entre as pessoas é importante, e entre o professor e o aluno é fundamental, enriquecendo assim as aulas e criando um ambiente harmonioso na escola.

Referências

- BAHR, S.J. (1979): *Family determinants and effects of deviance*, en_Burr, W.R.; Hill, R.; Nye, F.I. y Reiss, I.L. (eds.), *Contemporary theories about the famyli*, New York: tehe Free Press.
- BANDURA, A ; R.H. Walters (1963): *Social Learning and Personality Development*, New York, Holt, Rinehart and Winston, pp. 114-215.
- BERLINCK, M. R. (1975): *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*._Petrópolis, Editora Vozes, pp. 18-29.
- CANDAU VERA MARIA FERRÃO – Reinventar a escola – Ed. Vozes – ano 2000 edição
- CARDOSO, F.H. (1980): *Violência e Reação*._ In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, pp. 17-24.
- CARDOSO, F. H. (1980): *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, pp. 26-30.
- CHENIAUX, S. (1983): *Trapaceados e Trapaceiros*._São Paulo, Editora Cortez, 1983, pp. 78-83.
- CLOWARD, R. A . y Ohlin, L.E. (1960): *Delinquency and opportunity*. Chicago: Free Press.
- COHEN, A . K. (1965): *The sociology of the deviant act. Anomie theory and beyond*. *America Sociological Review*, 30, pp. 5-14.
- DURKHEIM, E. (1897): *Le suicide*._ Paris, Felix Alcan. Traduc. “ El suicidio”, ed. Akal, 1976.
- GADOTTI, M. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975.
- LANGER, S. G. *Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças*. São Paulo: Cortez, 1990
- MERTON, R.K. (1938): *Social structure and anomie*._ *American Sociological Review*, 3, pp. 672-682.

- MERTON, R.K. (1957): *Social theory and social structure*. Glencoe, III: Free Press.
- PARK, R. E. (1978): *Notas sobre o conceito de Marginalidade Social*._ São Paulo, Editora Duas Cidades, pp. 14-27.
- QUEIROZ, E. (1995): *Pesquisa aponta pobreza dos anos 80*. Jornal "A Crítica", Manaus, pp. 7.
- QUEIROZ, E. (1995): *Dois milhões de crianças vivem em favelas*. Jornal "A Crítica", Manaus, pp. 7.
- QUIJANO, A. O.(1978): *Notas sobre o conceito de marginalidade social*._ São Paulo. Duas Cidades. pp. 15-28.
- SCHNEIDER, L.(1985): *Marginalidade e Delinquencia Juvenil*. São Paulo, Editora Cortez. 1985. pp. 23-46.
- TAVARES FILHO, T.E., *Padrões de Valores e Expectativas de Futuro dos Menores Marginalizados em Manaus*. Manaus: EDUA, 2003.